ASMP Informa

Informativo da Associação Sergipana do Ministério Público - Ano I - N°7 - Outubro 2016

Editorial

A trilha institucional do Ministério Público tem se tornado tortuosa nos últimos tempos, ao menos sob o enfoque do panorama político nacional.

Como já registramos neste espaço, proliferam no Congresso Nacional proposituras legislativas que visam cercear as funções ministeriais, inibindo o seu exercício ou minando sua efetividade – a exemplo do o PL 280, que define os crimes de abuso de autoridade, e que ora tramita com inusitada celeridade no Senado Federal –, ou, ainda, asfixiar financeiramente a Instituição, privando-a dos recursos necessários ao seu regular funcionamento – e.g. PEC 241/2016, que cria o "Novo Regime Fiscal", a vigorar pelos próximos 20 (vinte) exercícios financeiros!

Morte do Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas foi lembrada no voto condutor do julgamento no CNMP das atividades ministeriais como de risco inerente

Outra faceta dessa mesma tendência pode ser visualizada no claro descumprimento dos compromissos do Governo Federal em aprovar os projetos que revisam os subsídios dos Ministros do STF e do Procurador-Geral da República, fazendo *tabula rasa* do preceito constitucional que assegura a revisão anual dos subsídios (CF/1988, art. 37, X).

Não se pode olvidar que, no contexto das tratativas políticas que foram desenvolvidas para viabilizar a aprovação desses projetos, já havia se transigido com percentuais bastante aquém da inflação acumulada no período, e, o que se afigura ainda mais grave, a quase totalidade dos projetos de Lei que revisavam os subsídios de outras carreiras já foi aprovada pelo Legislativo Federal.

Esse processo de corrosão remuneratória das carreiras do Ministério Público e do Judiciário atenta contra a autonomia dessas instituições, que se vincula estreitamente com a isenção e a independência esperada e exigida da atuação de seus membros, mormente se ponderada com as diversas restrições que lhes impõe o seu regime jurídico.

Nesse contexto, a FRENTAS, que congrega nacionalmente as associações do Ministério Púbico e da Magistratura, promove

continua página 2

CNMP reconhece que membros do Ministério Público exercem atividade de risco *Pág. 3*

Projeto Adote um Manancial é premiado pelo CNMP *Pág. 5*

no dia 5 de outubro – data em que também se celebra mais um aniversário da Constituição Cidadã – uma ampla mobilização em Brasília, para tratar da importância da valorização dessas carreiras, e, ainda, denunciar as ações de retaliação que afetam as prerrogativas das instituições, atingindo e criminalizando suas atividades.

Em meio a esse cenário turbulento e preocupante, ao menos temos algo a celebrar: o plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu, na sessão do dia 27/09, que a função exercida pelos membros do Ministério Público é uma atividade de risco.

O Relator da matéria foi o Conselheiro Orlando Rochadel, que, na instrução do procedimento, reuniu elementos de convicção oferecidos por diversas entidades, inclusive Nota Técnica da CONAMP, minutada pela ASMP, que levaram à conclusão de que "[...] o labor ministerial enquadra-se como atividade de risco inerente".

No voto condutor desse julgamento histórico, foi lembrado o sacrifício do Promotor de Justiça VALDIR DE FREITAS DANTAS, que foi brutalmente assassinado aos 41 anos de idade, em Cedro de São João/SE, em razão de sua atuação funcional, no combate à improbidade na Administração Pública daquela municipalidade.

Esse reconhecimento das atividades ministeriais como de risco ínsito, levada a efeito pelo CNMP, órgão a que incumbe constitucionalmente o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público (CF/1988, art. 130-A), para além de oficializar uma realidade já vivenciada por milhares de promotores e procuradores em nosso país, pode significar um passo fundamental para a conquista de importantes direitos e garantias adicionais para a nossa carreira.

Aracaju, 4 de outubro de 2016.
Nilzir Soares Vieira Junior
Presidente da ASMP

ASMP promove Curso de Vinhos

Associados participaram de noite agradável e descontraída

Aconteceu no dia 29/09, o primeiro Curso de Harmonização de Vinhos da Associação Sergipana do Ministério Público – ASMP, no espaço "Mansão da Praia", em Aracaju.

Vinte e três associados estiveram presentes, e puderam interagir, em uma noite agradável e descontraída, com aprendizado e dicas sobre vinhos e sua harmonização com pratos. A sommelier Fernanda Peduti expôs a importância de saber degustar e apreciar bons vinhos.

Além do Curso de Harmonização de Vinhos, foi proferida também uma detalhada aula de culinária, comandada pelas chef's Neide e Ana Paula, que ensinaram os associados a fazerem três pratos.A entrada, composta por um pudim de bacalhau; o prato principal, um maravilhoso filé ao molho madeira, acompanhado por chips de inhame e creme cheese; além da sobremesa, que apresentou um mousse de maracujá com brownie.

Expediente

Nilzir Soares Vieira Junior
PRESIDENTE

João Rodrigues Neto
1º VICE- PRESIDENTE

Diego Gouveia Pessoa De Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Daniel Carneiro Duarte
1º SECRETÁRIO

Fabiana Carvalho Viana Franca
2ª SECRETÁRIA

Flaviano Almeida Santos
1º TESOUREIRO

Mírian Teresa Cardoso Machado
2ª TESOUREIRA

Conselho Fiscal
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Ricardo Sobral Sousa
Maria Rita Machado Figueiredo

Suplentes
Ana Cláudia M. Costa Moraes
Juliana Checcucci Carballal
Enid Santos de Oliveira

Diretorias

DIRETORIA SOCIAL
Maria Helena Sanches Lisboa

DIRETORIA CULTURAL
Ana Galgane Paes

DIRETORIA DE ESPORTES
Solano Lúcio de Oliveira Silva

DIRETORIA DE ASSUNTOS PARA APOSENTADOS
José Renato Lima Sampaio

DIRETORIA JURÍDICA
Raimundo Bispo Filho

DIRETORIA DE INFORMÁTICA
Waltenberg Lima de Sá

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Bruna de Carvalho
ASCOM ASMP

CNMP reconhece que membros do Ministério Público exercem atividade de risco

Conselheiro Orlando Rochadel foi relator da matéria
Nota Técnica da CONAMP, que subsidiou o julgamento, foi minutada pela ASMP

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu na sessão do dia 27/09, que a função exercida pelos membros do Ministério Público é uma atividade de risco. O Relator foi o Conselheiro Orlando Rochadel que, durante a primeira discussão sobre o tema, realizada no mês de julho deste ano, votou pelo reconhecimento "de que o labor ministerial enquadra-se como atividade de risco inerente".

Na ocasião, o Conselheiro disse também que o estudo técnico da CONAMP sobre o assunto subsidiou a elaboração de seu voto. Essa Nota Técnica emitida pela CONAMP foi minutada pelo Presidente da Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP), Nilzir Vieira, e aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo da entidade de classe nacional.

Votaram contrariamente à propositura os Conselheiros Walter de Agra, Esdras Dantas e Leonardo Carvalho.

Na sessão do dia 26 de julho deste ano, a Presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, defendeu a caracterização do exercício das funções do Ministério Público como atividade de risco. "Aqui eu luto pelo maior bem do Ministério Público – a vida dos membros do MP", afirmou Norma durante a manifestação. A Presidente da CONAMP lembrou, ainda, casos emblemáticos de assassinatos de membros do MP, em decorrência do exercício funcional.

Um desses casos foi o homicídio que vitimou o Promotor de Justiça de Cedro de São João, Valdir de

Freitas Dantas, ocorrido em 19/03/1998, em razão de sua atuação no combate à improbidade administrativa naquela Comarca, a mando de um Juiz de Direito e do esposo da então Prefeita.

No dia 17 de fevereiro deste ano, o Conselheiro Orlando Rochadel participou da XXI Reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP e avisou que o CNMP retomaria a discussão sobre o reconhecimento da atividade de risco dos membros do Ministério Público, afirmando a necessidade de as entidades participarem dos debates. A CONAMP enviou ao Conselheiro, no dia 29 de fevereiro, um estudo técnico em defesa da classificação administrativa da atividade de risco, com argumentos e informações sobre membros ameaçados.

FONTE: CONAMP

Presidente da ASMP participa de Reunião Extraordinária da CONAMP

Recomposição dos subsídios esteve no centro das discussões

O Presidente da Associação Sergipana do Ministério Público-ASMP, Nilzir Vieira, participou de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP, no dia 13 de setembro, em Brasília, ocasião em que foi discutida a ausência de votação dos requerimentos de urgência dos PLCs 27 e 28/2016, que tratam da recomposição dos subsídios do STF e do PGR, para definir as estratégias a serem adotadas a partir de agora.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) afirmou que continuará trabalhando intensamente, em colaboração com as demais Associações nacionais da Magistratura e do Ministério Público na FRENTAS, para que os projetos sejam aprovados no Senado Federal. Ainda durante a reunião, a CONAMP afirmou que buscará fortalecer uma interlocução permanente com a nova Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carmén Lúcia, com o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, e com os Procuradores-Gerais de Justiça, para que se possa avançar positivamente sobre todos os aspectos que envolvem a aprovação desses projetos de lei.

Foi aprovado encaminhamento de pedido de estudo sobre a viabilidade de ajuizamento de futuro mandado de injunção, para assegurar a recomposição de subsídios prevista na Constituição Federal de 1988. A CONAMP acompanha a tramitação da PEC 62/2015 desde o início, e continuará empenhando esforços para o aprimoramento de seu texto, com vistas à manutenção da simetria estabelecida constitucionalmente entre os membros da Magistratura e do Ministério Público.

A CONAMP continuará trabalhando permanentemente pela aprovação dos projetos de recomposição dos subsídios do PGR e dos Ministros do STF e pela preservação das prerrogativas e direitos de seus associados, concomitantemente com o retorno do antigo adicional por tempo de serviço (atual VTM).

DIVULGAÇÃO: SITE CONAMP

Projeto Adote um Manancial é premiado pelo CNMP

Promotor Antônio Cesar Leite de Carvalho recebeu o 2º lugar na categoria Transformação Social, como Coordenador e idealizador do Projeto

O Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe Antônio César Leite de Carvalho foi um dos ganhadores do Prêmio CNMP 2016. A premiação foi entregue no dia 21 de setembro, no Hotel Roayal Tulip, em Brasília, durante a abertura do 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. O Ministério Público de Sergipe foi representado na solenidade pelo Procurador de Justiça Carlos Augusto Alcântara Machado.

Antônio Cesar ficou em 2º lugar na categoria Transformação Social, com o Projeto "Adote um Manancial". O projeto tem como objetivo primordial a recuperação das matas ciliares dos riachos e nascentes que formam a sub-bacia do Rio Piauitinga, formando e capacitando professores dos ensinos médio e fundamental das escolas públicas e privadas, em educação ambiental, a fim de que atuem como multiplicadores junto à sociedade civil em um trabalho de conscientização ambiental e, em um plano secundário (embora concomitante), visa, através de Termos de Ajustamento de Conduta, a convencer os proprietários rurais em geral, a averbarem e implantarem suas Áreas de Reserva Legal, equivalente a 20% da área total das propriedades.

O projeto nasceu em 2003, por meio de um pleito formalizado pela sociedade do Povoado Genipapo, em Lagarto-SE, no sentido de que o Ministério Público atuasse objetivando cessar a grave degradação a que estava sendo submetida a nascente do mais importante curso hídrico da comunidade, no caso, o Riacho Tabocas.

Até o momento já foram recuperadas 96 nascentes, com o plantio de aproximadamente 50.000 árvores, cerca 20 km de matas ciliares; regularizado o equivalente a aproximadamente 6.000 hectares de reservas legais; capacitados 186 professores (redes pública e privada) em educação ambiental, de forma a atuarem como multiplicadores em suas escolas.

Uma comissão julgadora avaliou 782 práticas inscritas no Banco Nacional de Projetos, das quais 27 foram finalistas. Os projetos foram enquadrados em nove categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Redução da Criminalidade; Redução da Corrupção; Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação.

O objetivo do Prêmio CNMP é prestigiar os programas e os projetos do Ministério Público que mais se destacaram na concretização do Planejamento Estratégico Nacional e no alinhamento com os objetivos definidos.

CNMP promove o 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público

Conselheiro e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico Orlando Rochadel foi um dos organizadores

O 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público foi realizado no Hotel Royal Tulip, em Brasília/DF, entre os dias 21 e 23 de setembro. O evento, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), recebeu o maior número de inscrições desde a primeira edição: 747, entre membros e servidores do MP.

A abertura do Congresso foi realizada pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público, Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico, Orlando Rochadel Moreira, um dos organizadores do evento. O Conselheiro destacou a importância do Prêmio CNMP 2016 e enfatizou a existência de 1.200 práticas bem-sucedidas inscritas no Banco Nacional de Projetos.

De acordo com Orlando Rochadel, os projetos são julgados segundo critérios de alinhamento ao planejamento estratégico, resultados e transformação social. "Mas o mais importante é que projetos do Ministério Público têm de mudar a realidade da sociedade brasileira. O povo brasileiro é que dá legitimidade para o MP agir", concluiu.

Em seguida, discursou o Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Para Janot, o Congresso de Gestão é "uma das poucas, senão a única oportunidade, para tratar, em escala macro, com centenas de mentes e vozes, da gestão profissional do Ministério Público. Não falo aqui apenas da atividade administrativa, mas também, da atuação finalística, que ano a ano se apropria dos instrumentos próprios de gestão para obter ganhos de eficiência".

Prestigiaram a abertura do Congresso Conselheiros do CNMP, Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, além de membros e servidores do MP e do CNMP. O Ministério Público de Sergipe foi representado na solenidade pelo Procurador de Justiça Carlos Augusto Alcântara Machado.

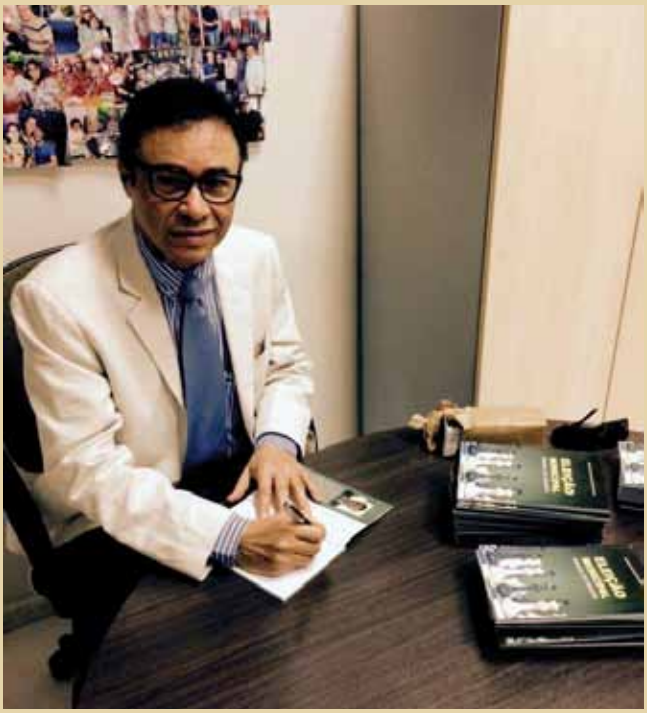
Também participaram da organização do evento, como membros colaboradores da Comissão de Planejamento Estratégico, os Promotores de Justiça do MPSE, Alexandro Sampaio, Anderson Viana, e José Lucas Góis.

FONTE: CNMP

FOTOS:CNMP

Promotor de Justiça Antônio Carlos Nascimento lança livro

Eleição Municipal, Manual do Cidadão



O Promotor de Justiça Antônio Carlos Nascimento Santos reuniu colegas e familiares no dia 26 de setembro, na sede da Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP), para o lançamento do seu livro intitulado: Eleição Municipal, Manual do Cidadão.

O livro é fruto da experiência do autor ao longo dos 24 anos como Promotor de Justiça em Sergipe.

Publicado pela All Print Editora, o livro é o primeiro de seu currículo e trata de um assunto bastante atual: eleição municipal. A obra fala sobre as ciladas que podem ser armadas por políticos e grupos contra a sociedade. Conta como o cidadão pode escapar dos truques propagandistas e como o eleitor deve exigir que os candidatos eleitos cumpram o que prometeram.

A obra também contém orientação ao eleitor sobre sua relação com a Justiça Eleitoral e o exercício de seus direitos políticos, e, ainda, sobre como pode fiscalizar o mandato dos seus representantes.

Para Doutor Antônio Carlos, o objetivo do livro é informar o cidadão comum sobre seus direitos como eleitor e os deveres dos candidatos eleitos. "Meu objetivo é contribuir para a cidadania e sua construção, não só no momento de eleição municipal, mas para que o cidadão possa acompanhar as gestões de vereadores e prefeitos e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento social nos municípios, e sedimentar a cidadania e a democracia. O livro foi basicamente resultado de minha vivência dentro do Ministério Público de Sergipe e a atuação nas Promotorias foi a inspiração para retratar nessas letras desse livro. Fiquei muito feliz, contaminado e irradiado com a presença dos colegas", afirmou.

Nota em apoio à Procuradora Regional Eleitoral

A Associação Sergipana do Ministério Público, entidade que representa os Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, os quais exercem, entre outras, a função de Promotor Eleitoral, vem se somar à Nota de Desagravo publicada pela Associação Nacional dos Procuradores da República em apoio à Procuradora Regional Eleitoral de Sergipe, Dra. Eunice Dantas, cuja atuação no caso mencionado se pautou pela firme e técnica defesa do interesse público, ao qual o Órgão Ministerial, como ombusdman da sociedade, deve o mais absoluto zelo, independentemente a quem tenha que arrostar, como ocorreu na situação reportada.

Assim, os colegas do Ministério Público do Estado de Sergipe manifestam apoio e solidariedade à Dra. Eunice Dantas, ao tempo em que também repudiam qualquer insinuação quanto à sua imparcialidade e correção.

Diretoria da ASMP

Nota de Congratulações

A Associação Sergipana do Ministério Púbico - ASMP parabeniza os Promotores de Justiça e Associados ASMP, Adriana Ribeiro Oliveira, Alexandre Albagli Oliveira, Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa, Ana Leila Costa Garcez, Ana Paula Souza Viana, Cecília Nogueira Guimarães Barreto, Karla Christiany Cruz Leite de Carvalho, Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Maurício Gusmão Magalhães, Paulo José Francisco Alves Filho, Pollyanna Mara de Castro Aguiar, Renê Antonio Erba, Suzy Mary de Carvalho Vieira, E Talita Cunegundes F. da Silva, que, há 13 anos, ingressavam no Ministério Público do Estado de Sergipe.

Os valorosos colegas merecem todo reconhecimento pela firme atuação na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos coletivos e individuais indisponíveis, concorrendo para a edificação de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

A ASMP congratula-se assim, de forma especial, com cada colega que, nesses últimos 13 anos, contribuiu para que o Parquet Sergipano consolidasse seu papel de defensor da sociedade.

Aracaju, em 15 de setembro de 2016.

Diretoria da ASMP

Novos convênios

Academia Bioforma

A Bioforma é uma das maiores academias de Sergipe e é conhecida pelo atendimento diferenciado oferecido aos seus alunos. É destaque em sua área de atuação e se compromete em oferecer o melhor serviço desde o seu primeiro contato.

O Associado ASMP tem direito ao desconto de 25% nos planos mensais, 4 meses e 8 meses, e 10% nos planos anuais. Para ter direito aos descontos, basta apresentar a Carteira do Associado ou um documento oficial com foto. Os descontos não são cumulativos com outras promoções ou outros convênios. Conheça a Bioforma e confira o melhor plano para você. A Bioforma fica na Rua Antônio Fagundes de Melo, 333 - 13 de Julho -Aracaju. Contato: 3041-6861.

Espaço Funcional Yuri Sampaio

A empresa Espaço Funcional Yuri Sampaio oferece um serviço diferenciado em Aracaju quando o assunto é boa forma e preparação física da criançada com uma cara de recreação. A preocupação com o desenvolvimento físico e emocional da criança é de extrema importância. A Funcional Kids é voltada para estimular habilidades físicas e sociais das crianças, sendo também indicada para combater o sobrepeso infantil.

O Associado ASMP tem direito ao desconto de 10% sobre os valores que estiverem sendo praticados pela empresa. Conheça o trabalho desenvolvido pelo Espaço Funcional Yuri Sampaio e encontre o melhor plano para sua criança, na Rua Doutor Celso Oliva, nº497- 13 de Julho-Aracaju. Contato: (79) 99986-5242.

Na internet, confira todas as novidades da ASMP visitando asmp.org.br